ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

HISTÓRIA PÚBLICA: a comunicação e a educação histórica

PUBLIC HISTORY: communication and historical education

HISTORIA PÚBLICA: la comunicación y la educación histórica

Marta Gouveia de Oliveira Rovai[1, 2]

RESUMO

Este artigo tem como proposta apresentar o conceito e as práticas de História Pública como um novo posicionamento da ciência histórica em diálogo com profissionais da comunicação, no sentido de produzir e divulgar as experiências humanas. Para isso, discute-se a origem do conceito de História Pública e as diferentes formas de educação histórica que a utilização das novas tecnologias podem proporcionar (*dentre elas a internet*). Nesse sentido, convida-se o leitor para a reflexão sobre as possibilidades de publicização e de democratização do conhecimento histórico e da cultura, ampliando-se a oportunidade de produção, de divulgação e de acesso do público a diferentes formas experiências no tempo. O artigo também intenciona chamar atenção dos profissionais que lidam com a História e com a Comunicação para os perigos de

[1] Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG). Pós-doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP/SP). Membro da Rede Brasileira de História Pública. Líder do Grupo de Pesquisa História do Brasil: memória, cultura e patrimônio (UNIFAL/MG); pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP) e do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF). Professora na Universidade Federal de Alfenas. E-mail: martarovai@usp.br.

[2] Endereço de contato da autora (por correio): Universidade Federal de Alfenas. Rua Gabriel Monteiro da Silva, 714, Centro. CEP: 37130000 - Alfenas, MG – Brasil.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

produções exclusivamente submetidas ao mercado que transformam a popularização da História no reforço de estigmas culturais.

PALAVRAS-CHAVE: História Pública; Educação histórica e Comunicação; democratização e estigmatização.

ABSTRACT

This article aims to present the concept and practices of Public History as a new positioning of historical science in dialogue with communication professionals, in the sense of producing and disseminating human experiences. For this, the origin of the concept of Public History and the different forms of historical education that the use of the new technologies can provide (among them the Internet) is discussed. In this sense, the reader is invited to reflect on the possibilities of publicizing and democratizing historical knowledge and culture, expanding the opportunity for production, dissemination and public access to different forms of experience in time. The article also intends to draw attention from professionals dealing with History and Communication to the dangers of exclusively commercialized productions that transform the popularization of History in the reinforcement of cultural stigmas.

KEYWORDS: Public History; Historical education and communication; Democratization and stigmatization

RESUMEN

En este artículo se pretende introducir el concepto y las prácticas de la Historia Pública como un nuevo posicionamiento de la ciencia histórica en diálogo con profesionales de la comunicación, para producir y difundir las experiencias humanas. Para esto, se discute el origen del concepto de Historia Pública y las diferentes formas de educación histórica que el uso de las nuevas tecnologías puede proporcionar (entre ellas la Internet). En este sentido, se invita al lector a reflexionar sobre las posibilidades de la publicidad y la democratización del conocimiento histórico y la cultura, para la expansión de oportunidad de la

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

producción, de la difusión y el acceso público a las diferentes formas de experiencias en el tiempo. El artículo también tiene la intención de llamar la atención de los profesionales que se ocupan de la historia y la Comunicación a los peligros de las producciones presentadas en exclusiva al mercado que transforman la popularización de la historia en el fortalecimiento de los estigmas culturales.

PALABRAS CLAVE: Historia Pública; Educación Histórica y Comunicación; democratización y estigmatización

Recebido em: 22.02.2017. Aceito em: 26.03.2017. Publicado em: 01.04.2017.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

Apresentação

Este artigo tem como objetivo fazer uma apresentação do debate em torno do conceito de História Pública, tão presente na Academia nos últimos anos, e suas relações com as novas tecnologias. Não se trata de uma nova área de estudo, mas uma expressão para designar novas formas de se pensar a elaboração, o acesso e a publicização de concepções em vigor na Academia sob a designação de "educação histórica".

Entende-se aqui que a História Pública pode ser um conjunto de práticas que nasce do diálogo com os profissionais da comunicação, num trabalho interdisciplinar preocupado com as políticas de conservação, restauração, exposição e visitação dos "lugares da memória" (tradicionais ou virtuais), de produção e difusão de conhecimento acadêmico e de saberes advindos da experiência coletiva.

Nesse sentido, sua prática ressignifica formas de lidar com o passado e a cultura e configura-se como "educação histórica", entendendo-a a partir da definição de Jorn Husen, como capaz de fornecer aos mais variados grupos e indivíduos as ferramentas que lhes permitam comunicar e acessar os mais diferentes conhecimentos e a diversidade cultural, compreendendo o passado e as experiências humanas como construções capazes de orientá-los no tempo.

O que se pretende aqui é promover uma reflexão sobre a importância da divulgação científica da história, levando a Academia a dialogar com a escola e com as mais diferentes comunidades, por meio da constituição de documentários, filmes de caráter histórico, vídeos escolares produzidos com celulares, livros romanceados, programas televisos e *internet*. Além disso, atentar para os perigos que a publicização da história e da cultura pode provocar, quando profissionais utilizam meios de comunicação para fazer usos

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

do passado e impactar a sociedade a partir da lógica exclusivamente mercadológica.

Uma nova forma de se pensar a história e a comunicação: a História Pública

Nas últimas décadas, uma temática tem tomado conta dos debates acadêmicos em torno das relações entre conhecimento histórico e suas relações com novos saberes e as novas mídias. Em especial, esta discussão tem se configurado na preocupação com um novo conceito que envolve muitos profissionais, para além dos historiadores: a chamada História Pública.

Não se trata de uma nova disciplina, mas de um conjunto de práticas, uma nova posição da história diante da amplidão do mundo e das formas de se difundir o conhecimento, seja do ponto de vista da educação formal ou não. O conceito de História Pública não é tão recente. A preocupação com a narrativa que valorizasse e desse visibilidade à cultura popular, aqui entendida como as diversas experiências dos dominados, ou também chamado de "os de baixo", "os subalternos", já era preocupação de certos historiadores da chamada Nova História, mas cada vez mais passou a ser pensada como uma pesquisa-ação. Nos anos de 1960 e 1970, historiadores ingleses, como Raphael Samuel, demonstraram preocupação com os usos do passado para fins políticos e sociais. A História como ciência e a educação histórica, muitas vezes manipuladas por uma versão única, e congeladas no tempo pelo registro de alguns grupos privilegiados, poderiam se voltar para a ideia de justiça social se entendida de forma mais dinâmica e tensa.

A opção pela publicização de narrativas de grupos excluídos vinha ao encontro de movimentos de caráter social e político que estavam mais

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

evidentes naquele período, como a organização de negros, mulheres e trabalhadores, não apenas na Inglaterra. A crença de que o conhecimento e a valorização das memórias e histórias desses grupos pudessem reforçar identidades e fortalecer suas demandas se espalhou por países como Itália, Austrália e Estados Unidos, apenas para citar alguns. Exemplo de como a História poderia dialogar com novas áreas e se fortalecer por meio da comunicação foi a criação do *History Workshop Journal*, em 1976, que teve origem a partir de uma série de oficinas organizadas desde 1967, em Oxford. Raphael Samuel, que se tornou uma das principais referências da História Pública, defendia que a história deveria extrapolar os espaços acadêmicos e deveria ser ensinada a um público cada vez mais amplo, utilizando-se de novas mídias. Programas de televisão voltados ao debate sobre lutas sociais, conflitos políticos, culturas e identidades, como *La storia siamo noi*, programa produzido pela RAI italiana, ou *History Channel*, na Inglaterra, são outros exemplos de como os meios de comunicação podem popularizar a história. Na rádio francesa *France Culture*, o historiador Jacques Le Goff coordenava o programa "As segundas-feiras da História", desde 1968, democratizando os debates sobre a história francesa.

Nos Estados Unidos, as demandas sociais juntaram-se ao debate sobre novas tecnologias e o uso público da História. A partir das novas mídias, pensar sobre o conceito de público, de produção e formas de divulgação de conhecimento, sem perder seu caráter científico, foi a grande preocupação: o que significava fazer História Pública para um público amplo e diverso, para além da Academia e dos espaços formais de educação, como as escolas? Como garantir o acesso à informação para comunidades diversas, sem banalizar a cultura como mera curiosidade? Como construir ambientes de reflexão,

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

utilizando meios como a televisão, o cinema, a fotografia, a *internet*? Como redirecionar as lógicas dos museus, qualificar a criação, a gestão e a conservação de arquivos e centros de memória de forma mais democrática? Como comprometer práticas responsáveis com o conhecimento em editoras, jornais, revistas, organizações governamentais e não governamentais, além da própria sala de aula?

Mais do que o interesse em se escrever uma "nova História", a elaboração, o registro e a divulgação misturavam-se às agendas de movimentos sociais e culturais, orientando-se pela necessidade de se verem reconhecidos e legitimados. Em países da América Latina, como o Brasil, esse processo, apesar de mais lento e resistente, não foi muito diferente. A demanda pela escuta e divulgação de testemunhos das vítimas de violência política, com os processos de transição democrática, após anos de governos autoritários, assim como o crescimento de movimentos reivindicatórios de caráter de gênero, étnico e de reparação colocaram cada vez mais a importância dos usos do passado e de sua mediação responsável pelos meios de comunicação. Falar de popularização das memórias e histórias não significou, em nenhum aspecto, a eliminação da ciência histórica, mas o estímulo a reflexões sobre a atuação dos intelectuais e profissionais técnicos junto a comunidades diferenciadas, numa ação interdisciplinar capaz de construir a educação histórica, conceituada por Jorn Rusen como aquela capaz de gerar a consciência e a formação histórica:

> todos os processos de aprendizagem em que "história" é o assunto e que não se destinam, em primeiro lugar, à obtenção de competência profissional. Trata-se de um campo a que pertencem inúmeros fenômenos do aprendizado histórico: o ensino de história nas escolas, a influência dos meios de comunicação de massa sobre a consciência histórica na formação dos adultos como influente sobre a vida cotidiana – em suma, esse campo é extremamente heterogêneo. É

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

> nele que se encontram, além dos processos de aprendizagem específicos da ciência da história, todos os demais que servem à orientação da vida prática mediante consciência histórica, e nos quais o ensino da história (no sentido mais amplo do termo: como exposição de saber histórico com o objetivo de influenciar terceiros) desempenha algum papel. (RUSEN, 2001, p. 48)

Nesse sentido, ampliar a ideia da educação histórica para além das escolas e universidades seria uma forma de colaborar para que qualquer sujeito desenvolvesse o pensamento histórico, ou seja, pensasse sua cultura como construção no tempo e no espaço e se inserisse nessas dimensões, tendo preparo para interpretar sua experiência e de outros e agir sobre sua cultura, de forma tal que pudesse orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo, no sentido de também antecipar o futuro (RUSEN, 2001, p. 57).

As preocupações que envolvem essa reflexão sobre as relações entre a produção histórica e historiográfica e a comunicação como forma de educação, passam pela necessidade de se colocar o conhecimento acadêmico e comunitário na arena pública a serviço da cultura entendida como campo de conflitos e circularidades; lidar com um público diverso e com as mídias; refletir sobre com os sujeitos sobre sua própria experiência no tempo, levando em conta suas vontades, práticas e discursos múltiplos. Evocando a importância da História Pública, Sara Albieri afirma que

> A expressão "história pública" pode ser entendida de várias maneiras. De imediato, ela evoca a ideia de acesso irrestrito, isto é, de um conhecimento histórico franqueado a todos. Especialmente em nossos dias, entende-se que clausuras serão abertas e que informações, antes censuradas ou veladas, doravante ocuparão espaços de domínio público. (ALBIERI, 2011, p.19)

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

Deve-se salientar que fazer história pública não é só ensinar e divulgar determinado conhecimento. Pressupõe pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos, além de enorme vontade de trocar experiências e aprender com elas. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material e imaterial ou nas experiências sociais diversas ao longo da história, mas em como contribuir para que cada indivíduo ou comunidade possa pensar e entender sua própria história, a relação intrínseca entre passado, presente e futuro.

A comunicação como processo dialógico educacional

Na obra *Introdução à História Pública* (2011), Juniele Almeida e Marta Rovai defendem a história pública como

> uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. Nesse sentido, a história pública pode ser definida como um ato de "abrir portas e não de construir muros", nas palavras de Benjamin Filene. (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p.7)

Experiências diversas dão mostra de como o debate sobre História Pública continua a render frutos e pode ser ampliado e enriquecido, "extrapolando muros". O trabalho nas escolas, por exemplo, pode se expandir, popularizando o conhecimento por meios do contato com arquivos e acervos (tradicionais ou digitais), visita a museus aliando aprendizado e criatividade, produção e/ou análise de fotografias, de histórias em quadrinhos, de charges, assim como utilizando o cinema, a *internet* e a gravação de músicas ou de histórias orais como formas narrativas mais próximas dos alunos e da

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

comunidade no entorno da escola. Isso tudo sem, no entanto, perder a seriedade e o compromisso com a produção de saberes e a reflexão sobre eles.

Utilizar novas tecnologias (que muitas vezes nem são tão novas assim) em espaços formais, como a sala de aula, não deve ser entendido, no entanto, como mero "embelezamento" da forma para um conteúdo muitas vezes conservador e elitizado. Nem como mero entretenimento, transformando a educação num processo banalizado e "concorrente" das mídias. A cultura escolar passa por um processo acumulativo de conhecimento que não se configura como mera transposição acadêmica e tecnológica, mas leva em conta a relação entre elas e as vivências de discentes e suas comunidades. Isso significa que o profissional que opta pela História Pública precisa considerar as maneiras de abordagem e os objetivos das ações sobre o que escolhe para observar, debater e difundir.

A cultura produzida dentro e fora dos espaços formais não deve ser transformada em folclore, no sentido da curiosidade ou de saberes congelados e desqualificados, simplesmente para tornar "mais agradável" a aprendizagem. Muito tem se confundido divulgação e popularização do conhecimento e da cultura apenas com disseminação de informações que tragam audiência de um público cada vez maior. Muitas vezes a qualquer custo, inclusive da difamação e da informação irresponsável, sem comprometimento com a ética profissional.

A educação patrimonial, por exemplo, faz parte de uma demanda atual, em torno da valorização da memória dentro e fora das escolas, num mundo marcado pela velocidade do tempo e por interesses mercadológicos. No Brasil, projetos e políticas públicas voltados para o inventário, o conhecimento e o reconhecimento de lugares e práticas culturais populares, de histórias e

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

tradições das comunidades nos quais os alunos se inserem, têm ganhado força.[3] Utilizando gravadores, câmeras filmadoras e até mesmo celulares, os estudantes passam a registrar e a publicizar as memórias em torno da cultura material e imaterial, por meio da produção de pequenos vídeos, de registro fotográfico, de rodas de conversa, da criação de *blogs* e *sites*, selecionando aquilo que querem contar e preservar.[4] A própria criação de acervos digitais, em que se guardam documentos digitalizados – escritos, orais, fílmicos e fotográficos - e onde inscrevem suas impressões, pode implicar no entendimento da noção de herança dos bens materiais e imateriais não como recepção passiva, e sim como seleção, reconstrução e autoaperfeiçoamento constantes.

A socialização de experiências diversas no tempo e a troca de entendimentos sobre os usos do passado produzem um processo de “alfabetização cultural” que possibilita aos indivíduos – dentro e fora da escola - fazer a leitura do mundo que o rodeiam, levando-os à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que estão inserido, desejando preservar os bens com os quais identifica sua própria história.

---

[3]“Através da Educação Patrimonial, o processo de ensino e aprendizagem pode ser dinamizado e ampliado, muito além do ambiente escolar onde toda a comunidade pode estar envolvida. Pode tornar-se um instrumento a mais no processo de educação que colabore com o despertar de uma consciência crítica e de responsabilidade para com a preservação do patrimônio - em toda sua expressão – e a percepção da relação entre esse com sua identidade pessoal e cultural”. (Queiroz, Moema Nascimento. A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania)

[4] Um projeto de História Pública que merece destaque é intitulado Passados Presentes, desenvolvido pelas historiadoras Martha Abreu e Hebe Mattos, da Universidade Federal Fluminense/RJ. Trabalhando com diferentes comunidades de descendentes de escravos, entre 2005 e 2011, as pesquisadoras e os membros das coletividades produziram exposições, livros, um conjunto de vídeos, além do acesso via internet das memórias e das manifestações culturais como o jongo, os calangos, cantigas e poesias cujos significados estendem os sentimentos de pertencimento no tempo. Disponível em www.passadospresentes.com.br

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

O viés do patrimônio ou a busca por "recontar" a história a partir de várias versões e tecnologias, assim como a procura por garantir o acesso aos envolvidos no processo de produção e de "consumo" dos diferentes saberes, pode possibilitar e estimular a positivação das experiências, num mundo marcado pela perda de referências e pela resiliência ao tempo mercantilizado e padronizador. No entanto, para isso é preciso que os profissionais da educação conheçam as inúmeras possibilidades tecnológicas e suas funções, assim como reconheçam a necessidade constante de pesquisa e de aprendizado sobre os conceitos fundamentais para o entendimento daquilo que ensinam (e que aprendem), a fim de que o que se elabora e o que se divulga não caia no exótico e no pitoresco.

Fortes tensões e resistências de comunidades contrárias à introdução e publicização de conteúdos da História na escola e nas redes sociais, como as que encontramos em certos redutos no Brasil, em relação às culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas e aos estudos de gênero, por exemplo, podem dificultar o processo dialógico, tornando-se grandes desafios para os quais os educadores devem estar preparados. O preconceito social e a falta de conhecimento sobre determinados temas, a passividade do profissionais da educação e da comunicação diante da necessidade da pesquisa podem contribuir para folclorizar e estigmatizar manifestações culturais e comunidades inteiras. A alegorização e a estereotipagem de outras culturas podem tornar problemática a visibilidade de suas contribuições e de seu papel histórico ativo, ora colocando-os como vítimas eternamente submetidas, ora como personagens congelados, objeto de mera curiosidade nas aulas. Nesse sentido, não valerá nada apropriar-se de novas tecnologias para se ensinar se não houver o questionamento constante sobre a escolha de temas e questões que

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

se quer divulgar. Mais do que isso, se não houver a clareza de que o trabalho com a História Pública deve levar em conta o que se entende por público e se o que se desenvolve é um trabalho sobre, para ou com o público. A resposta a essas perguntas direcionam o sentido e o significado dos usos do passado, da interpretação sobre a diversidade cultural e sua relação com as novas tecnologias.

Tratar da história e do patrimônio cultural na escola não deve se restringir a datas comemorativas ou a eventos que, selecionados pelo professor, podem recair no mesmo erro de querer antecipar significados, sem que os alunos ou os grupos envolvidos tenham participado de forma democrática do debate. Promover rodas de conversas com grupos culturais próximos à escola, por exemplo, pode contribuir para a troca intergeracional, permitindo o conhecimento e o reconhecimento cultural como algo vivo e dinâmico e, portanto, a ser respeitado. Os movimentos de escuta e de palavra convocam as ancestralidades e as razões do tempo presente para a permanência de certas práticas, como festejos, símbolos, adornos, músicas, comportamentos, desenvolvendo a identidade coletiva e a consciência de estar no mundo. Optar por registrar esses momentos significativos – em forma de gravação de áudio ou de vídeo – e pensar coletivamente maneiras de divulgá-los proporciona um grande aprendizado sobre respeito e empatia geracional, além da percepção sobre as permanências e mudanças culturais no tempo.

Os lugares de memória, seja na escola ou fora dela, nascem e vivem do sentimento de que não há herança imposta, pois esta deve ser conhecida para ser reconhecida. Mais do que isso, deve ser vivenciada pelas novas gerações. Não é possível ensinar aos alunos a cultura se ela não for por eles

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

experimentada nem aprender aquilo que não tem significado. Assim é com a história, que deve ser constantemente considerada enquanto estudo, conhecimento, testemunho, educação do olhar, construção relacional e formação de identidade.

A pergunta que deve ser feita na realização das práticas de educação histórica e novas tecnologias é como a academia e a escola podem, em seu interior e a partir de seus pressupostos, colaborar para gerar uma história mais humana e democrática fora delas. Ou, ainda, como podem contribuir para a publicização da história sem reduzi-la à mera curiosidade ou à leitura rasa dos fatos. Um exemplo disso é a transformação dos manuais didáticos em livros de caráter popularesco, atendendo a um mercado de divulgação de biografias, de fatos pitorescos sem a menor análise das obras por parte de docentes em sala de aula, a criação de *blogs* sem objetivos claros com a popularização de informações, assim como a utilização de entrevistas orais com membros da comunidade ou a escolha de objetos patrimoniais sem o devido debate conceitual com os alunos sobre a importância de comunicar.

O mundo digital: novos modos de educação histórica

Lidar com a educação formal ou informal, utilizando-se de novas midiologias é confrontar-se, inclusive, com novas concepções de tempo, novas audiências (inclusive anônimas), novos embates. É preciso pensar em como tratar a especificidade, por exemplo, do mundo digital, recurso de divulgação de saberes e de experiências, mas submetido ao anonimato, à inconstância de interesses, à transitoriedade e à rapidez com que se insere e com que a notícia, o fato, a opinião, o saber, desaparecem instantaneamente.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

Pierre Lévy aponta para um aspecto essencial da i*nternet* e que altera as relações entre seus usuários e as formas de se produzir e acessar as informações: a suposta redução das distâncias e a facilidade de comunicação. Em certo sentido o chamado ciberespaço teria reduzido o território geográfico permitindo a circulação quase instantânea de informações em escala global. Para Lèvy, esse importante processo exigiria a adaptação entre os diversos conhecimentos (inclusive o histórico) e as evoluções tecnológicas a partir das demandas sociais da sociedade contemporânea, não apenas de ordem mercadológica, mas também voltadas ao respeito à alteridade e aos direitos humanos. Evidencia-se cada vez, segundo Pierre Lèvy, a formação da chamada "cibercultura", esse "conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço" (LÈVY, 1999, p. 17).

Por sua vez, para Serge Noiret, a utilização da internet transformou e ampliou a ideia de público e modificou também as relações temporais. A memória e a história, a cultura erudita e a popular passaram a circular cada vez mais e se misturar, sendo disponibilizadas para um número maior de pessoas e de forma muito rápida, retirando o monopólio de acesso a certas informações do campo restrito da intelectualidade. O autor desenvolveu o conceito de história pública digital[5], que não alterou a responsabilidade e o compromisso com o entendimento da história nem acabou com as tradicionais formas de se produzir conhecimento ou constituir arquivos, mas contribuiu para que novos

[5] A "história digital" (digital history), que disciplina a relação entre as tecnologias de rede e a disciplina história, por meio das plataformas sociais e das mídias sociais, contribuiu, assim, para abrir a um público maior, e também de forma participativa, à "alta cultura" e, nos melhores casos, com a mediação de historiadores profissionais, os historiadores públicos (NOIRET, 2015, p.34).

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

registros fossem feitos e se tornassem acessíveis a um grande público, potencialmente contribuindo para a democratização do debate, saindo dos espaços acadêmicos e trazendo a história para o espaço virtual, mais amplo e mais veloz, em forma do que Noiret chamou de "ego-narrações" em rede (NOIRET, 2015, p.34).

Assim, considerando o que Lèvy e Noiret apontam sobre a *internet,* sabe-se que não apenas o passado pode ser divulgado e compartilhado em rede, mas suas conexões com as demandas do presente e as projeções de futuro podem se constituir na construção de acervos, na organização e sites preocupados com o registro, a preservação e difusão de manifestações, práticas, cultural material, patrimônio imaterial, memórias de luta social e política.

A publicização da história pelos meios digitais também configura novas formas de se elaborar e definir critérios de aceitação ou negação de argumentos e informações, uma vez que devido à sua singularidade múltipla e virtual, assim como ao seu caráter permissivo quanto ao anonimato de autorias, as credibilidades são colocadas em cheque e mais questionadas do que as formas tradicionais de se produzir e divulgar conhecimento. Potencialmente democrática e ao mesmo tempo perigosa por seu caráter transitório e dinâmico, a *internet* não pode ser trabalhada pelos "historiadores digitais" abrindo mão do domínio específico de certos conhecimentos e habilidades, assim como da responsabilidade em relação ao seu impacto social.

Estes espaços virtuais merecem ainda maior estudo por parte dos historiadores em diálogo com os profissionais da comunicação, quanto às possíveis contribuições e também seus perigos. Estes podem se constituir em recursos para a constituição de uma espécie de saber comunitário, para o

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

estímulo à participação pública na rede, a gestão integrada de conteúdos digitais por parte de quem tenha a possibilidade, o incentivo, o conhecimento e o diálogo para assim proceder. O que Noiret chamou de *crowdsourcing* seria esse processo de trabalho colaborativo em torno de saberes acadêmicos ou comunitários, permitindo que a *web* seja compreendida como história "viva" e "pública", praticada de forma interativa e não mais restrita ao "formato digitalmente fechado" de historiadores profissionais (NOIRET, 2015, p.35).

Pensar a *internet* como instrumento de circulação intensa de informações históricas e culturais não deve significar dissolver o necessário distanciamento no confronto com o passado. É preciso fazer leituras não anacrônicas nem simplistas sobre as diferentes temporalidades que compõem o processo histórico. Mesmo digitalmente ainda continua sendo importante reunir e gerenciar diferentes documentos, selecionar, mediar, conectar públicos diversos, colocar à disposição os conhecimentos sobre diferentes acontecimentos que afetam o presente, por meio do potencial das tecnologias digitais. Noiret chama de "historiadores públicos digitais" (*digital public historians*) os profissionais que compõem uma nova geração fundamental para promover a mediação na elaboração e divulgação de novos arquivos "inventados" e de novos fóruns de debate, organizados na rede junto com a colaboração ativa de membros das comunidades não acadêmicas[6]. Estes

[6] Para exemplificar, gostaria de destacar a criação do site *Memória Massacre Carandiru*, sob a iniciativa do Núcleo de Estudos sobre o Crime a Pena, da FGV Direito SP, em parceria com a Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pósgraduação (Andeph), coordenados pelas pesquisadoras Marta Machado e Maíra Machado. Ali pode-se observar a "inteligência coletiva" na produção de um acervo digital de caráter colaborativo com o público: registros de jornais e revistas, fotografias, testemunhos orais, documentos judiciais, artigos acadêmicos e reflexões são doados e ali disponibilizados para não apenas acessar informações, mas estimular a reflexão sobre o massacre de 111 presos, acontecido em 2001 no Complexo Prisional

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

profissionais não são exclusivamente historiadores, mas intelectuais ou membros de grupos preocupados e preparados em produzir novas formas de se ver, ouvir e sentir as experiências humanas de forma colaborativa. Pierre Lèvy fala na formação de uma inteligência coletiva, via mundo digital:

> O que é inteligência coletiva? É uma inteligência distribuída por toda parte, constantemente avaliada, coordenada em tempo real, levando à mobilização efetiva das competências. Nós adicionamos à nossa definição essa ideia essencial: o fundamento e o objetivo da inteligência coletiva é o reconhecimento e o enriquecimento mútuo das pessoas, não o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas. (LÈVY, 2004, p. 20)

Essa inteligência coletiva seria construída pelo "enriquecimento mútuo" no ciberespaço, proporcionado pela socialização de saberes e experiências diversas. No entanto, é preciso entender que toda forma de produção, difusão e acesso de conhecimento esbarra em tensões e disputas políticas, ideológicas, culturais e sociais que se manifestam no cotidiano e perpassam as redes virtuais.

O público para a História Pública: cultura de massa?

Para pensar a concepção de público na realização das ações da História Pública, Renata Schittino, citando Hannah Arendt, afirma que

> o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele (...) Conviver no mundo significa essencialmente ter um lugar de coisas interposto entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo

---

Carandiru, assim como a situação da criminalidade, da (in)justiça e dos presídios no país. Disponível em www.**massacrecarandiru**.org.br

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

> intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens" (ARENDT, 2000, p.62 Apud SCHITTINO, 2016, p.40)

O que significa pensar no público e na publicização da história, nesse sentido? Representa o entendimento de se tratar com uma coletividade não homogênea, mas marcada por diversidade e desejos de conhecimento, reconhecimento e de alteridade. Significa, também, a ampliação das potencialidades de narrar, agir, proceder, elaborar, acessar, ser visto e ver o próximo e distante, o semelhante o estranho. O cenário público ao qual a História Pública almeja é "o espaço aberto para a comunicação da diversidade entre diferentes" (SCHITTINO, 2016, p.40).

O trabalho com História Pública e seus públicos exige também pensar as estratégias e relações que se estabelece entre eles. Como chamou a atenção Ricardo Santhiago (2016), trata-se de falar sobre o público, para ele ou com ele quando se pensa em tornar públicas as experiências humanas? Implica, ainda, no aprofundamento de estudos relativos à construção e conservação de acervos e de linguagens que simpliquem (sem serem reducionistas) o entendimento do que se pretende divulgar. Nesse sentido, além da educação formal na escola ou nos museus, e da virtualidade da *internet,* todos os caminhos de comunicação devem ser pensados com seriedade e responsabilidade. Sobre esse "boom" de divulgação da História e da cultura e o risco de fazê-la sem parâmetros éticos ou conceituais já falou Ricardo Santhiago:

> Pelo menos desde a emergência das mídias, inúmeros escritores, jornalistas, cineastas, artistas e outros agentes têm enformado e difundido o verbo, o som e a imagem do passado para audiências não acadêmicas. Com o aguçamento das demandas sociais por história e memória, a disseminação de recursos tecnológicos e, por fim, a popularização da internet, as formas adquiridas pelo chamado

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

> "espírito público da História" se multiplicaram, pouco ou nada dependendo da instituição de um campo formalizado de debates. (SANTHIAGO, 2016, p.24)

A narrativa fílmica, a literatura, a videohistória, a prática de história oral e as inúmeras articulações visuais, verbais, sonoras e textuais podem contribuir para a socialização da produção do conhecimento histórico, não apenas circunscrito à universidade, mas elaborado, contado e muitas vezes desapercebido, ou desvalorizado – até mesmo silenciado – por setores da sociedade entendidos como à margem do próprio processo histórico. No entanto, esses recursos podem contribuir para o inverso. Muitas vezes, assistimos no Brasil a profissionais da comunicação agindo como marqueteiros ao produzirem obras de caráter popularesco, sem a menor preocupação com a ciência histórica e suas implicações na formação da consciência histórica. A "educação histórica" que apresentam simplifica as noções de cultura popular, confundindo-a ou reduzindo-a à concepção rasa de exotismo, sátira ou de homogeneização[7].

Este tipo de profissional não apresenta a mesma leitura ou preocupações teórico-metodológicas que aqueles voltados a uma História Pública comprometida com a diversidade de pensamento, não se tratando de amaldiçoar ou vangloriar pessoas e grupos no tempo e no espaço e sim inseri-las em seus contextos históricos. Desta forma, algumas produções desviam-se da análise orientada pela ciência histórica e demonstram muito mais interesse em atender o mercado, apresentando o passado e a cultura como mercadorias

[7] Sobre isso ver a coleção de livros produzidos pelo jornalista Leandro Narloch, "Guia Politicamente Incorreto" sobre o Brasil, a América Latina e o Mundo, dentre tantos temas. Cópia de um padrão estadunidense de popularização da história, apresenta suas versões como "a verdade escondida" por trás da história contada por pesquisadores (segundo o autor, marxistas), tornando simplista e bizarra a complexidade dos processos.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

a serem consumidas como entretenimento. As narrativas históricas apresentadas são produtos da indústria cultural de massa e o público é mero consumidor, sem ser convidado a refletir sobre o que vê ou lê. Interessados muito mais pelas tiragens e disputas editoriais, desqualificam o trabalho acadêmico como "ideológico" em seu sentido mais nocivo.

Indígenas brasileiros, por exemplo, são equiparados aos seus exterminadores, acusados de destruírem a natureza como depredadores naturais; negros são apresentados como portadores de uma história de escravidão africana; povos "pré-colombianos" são responsabilizados pela exploração entre si, justificando a barbárie histórica e amenizando a necessidade de se refletir sobre diferentes formas de violência sociocultural no processo histórico. Utilizando linguagem acessível, humorística e irônica, algumas obras se rendem ao mercado, vendendo milhares de exemplares, produzindo uma "história pública" irresponsável, reafirmadora de estigmas culturais e, portanto, de péssima qualidade.

O debate em torno da história e sua popularização pelos meios de comunicação não deve ser entendido com a simplificação da cultura, sua redução à curiosidade, ao entretenimento e muito menos à mera constatação de "processos conspiratórios", reduzindo complexidades sociais, políticas, culturais e econômicas à biografia de alguns personagens jocosos ou maldosos que "manipulam os acontecimentos".

Já lembrava Nestor Canclini (1997), ao discutir o conceito de hibridismo cultural, que divulgar e popularizar a cultura ou a história não se confunde com reduzi-la à produção em massa e nem, pelo contrário, a exorcizar o mercado e as mídias. Nesse sentido, pensar história pública é admitir a necessidade de

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

uma autoria compartilhada entre autores e comunicadores, entre comunidade e divulgadores e entre cultura popular e acadêmica. É, sobretudo, pensar sobre os meios massivos de comunicação e seu valor enquanto processos de recepção e apropriação dos bens simbólicos por diferentes setores da sociedade.

Preocupar-se com os usos do passado na comunicação leva, ainda, a pensar sobre os motivos que levam o passado a ser objeto da comunicação, seja ela realizada pela academia, seja pela mídia, por empresas, instituições, ou por comunidades diversas; as estratégias de elaboração do passado e seus usos como verdade, sua circulação e apropriação, além de seus efeitos; como se atua no jogo entre lembrança e esquecimento. Publicizar a história e a cultura que se constrói por meio dela é combater um passado monumentalizado, congelado, distanciado, transformado em algo a ser admirado ou separado do presente e das pessoas[8]. Ou apenas consumido como verdadeiro e integral; não dinâmico, expansivo e diverso. É evitar, enfim, os perigos de uma história única.

Considerações finais

A História Pública é um conceito escorregadio por abrigar múltiplas tendências profissionais e acadêmicas e por isso exige responsabilidade na execução de conceitos e ações e compromisso ético com o público que pretende atingir ou com quem pretende trabalhar. A prática da História Pública

[8] Contrapondo-se a produções popularescas e estigmatizadoras, o projeto *Vídeo nas Escolas/Cineastas Indígenas*, desde 1987, vem desenvolvendo uma série de oficinas cinematográficas em diferentes nações indígenas brasileiras, a fim de que os próprios membros das comunidades utilizem as câmeras para registrarem suas histórias, memórias e cultura. A ideia é dar suporte técnico para que os indígenas contem e divulguem seus registros (da forma como quiserem) a um público não indígena, buscando reconhecimento, fortalecimento identitário e quebra de estereótipos. Trata-se de uma educação histórica viva, pública e responsável. Disponível em www.videonasaldeias.org.br.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

como “apresentação popular do passado para uma gama de audiências” se relaciona com a forma como adquirimos nosso senso do passado, colaborando para nosso posicionamento sobre o presente e o futuro frente a questões que dizem respeito a problemas sociais, tradições culturais, hábitos, demandas de gênero e de classe e por políticas públicas. Por isso, lidar com essa condição é desenvolver a “consciência de comunicar-se apropriadamente com o público” para além da história como entretenimento e da divulgação de conhecimentos sistematizados pela ciência, buscando meios de mediação e integração de recursos comunicacionais diversos para a valorização de saberes, memórias e práticas.

Ao se desconsiderar a conexão necessária entre cultura, comunicação e educação histórica importam menos as pessoas e mais os objetos, as datas e celebrações, os acontecimentos dos quais se possa extrair o humor, banalizando, muitas vezes, a própria vida, a noção de direito, a diversidade cultural. Publicizar a cultura e a história, no sentido banalizado do mercado e da indústria cultural, torna-se o mesmo que ser anacrônico, julgar atitudes, reforçar estigmas na tentativa de tornar popular comunidades desconhecidas, invisíveis, marginalizadas, trazendo-as para o cenário público na sua forma mais burlesca. Isso pode acontecer com migrantes, pobres, negros escravizados, indígenas, mulheres, homossexuais e transexuais, quando suas especificidades são satirizadas em livros, filmes, imprensa, televisão, *internet* e até mesmo na escola, em busca de um saber “mais prazeroso”.

O trabalho voltado à História Pública deve promover a ampliação de seu público - entendendo-o como dinâmico, pensante e múltiplo - por meios dos arquivos e museus tradicionais ou virtuais, dos usos de tecnologias como a fotografia, o cinema, a gravação de histórias, a *internet*, ou ainda o debate

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

público em espaços de educação formal, informal ou digital. Mais do que isso, deve contribuir com práticas que possam colaborar para gerar uma história mais humana e democrática. As reflexões teóricas e as experiências em torno desse tema devem sempre ser alimentadas e orientadas por algumas questões importantes: qual é o campo da história pública e quais são os seus atores? A quem cabe a preservação e o controle sobre as informações históricas?

Comunicar as experiências humanas, no entanto, não deve servir ao entretenimento apenas, mas à formação e ao diálogo com as demandas sociais políticas, culturais e sociais, sempre tensas e dinâmicas. Para que esses processos mais democráticos aconteçam é necessário o estabelecimento de pontes entre o conhecimento acadêmico, jornalístico, midiológico, cotidiano, não científico (mas vivido), promovendo a divulgação e o desenvolvimento de uma “história didática” que estimule a formação de uma “consciência histórica” ou uma história mais participativa e colaborativa com a comunidade nos espaços formais, informais ou virtuais, de informação e educação. Considera-se, assim, a necessidade da não supressão da ciência em favor da história pública popularesca e meramente celebrativa.

Referências

ALBIERI, Sara. História Pública e Consciência Histórica In ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.19-30.

ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. O. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 3, n. 2, Abril-Junho. 2017

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n2p41

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas***:* estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

LÈVY, Pierre. **Cibercultur**a*.* São Paulo: Editora 34, 1999.

_________. **Inteligencia colectiva***:* por una antropologia del ciberespacio. Washington, 2004. Disponível em: <http://inteligenciacolectiva.bvsalud.org>. Acesso 12 de novembro de 2016.

NOIRET, Serge. História Pública digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio 2015.

QUEIROZ, Moema Nascimento. A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania. **Revista Museu**. Disponível em <www.revistamuseu.com.br/artigos>.Acessado em 21 de novembro de 2016.

RÜSEN, JÖRN. **Razão histórica, teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In MAUAD, Ana M.; ALMEIDA, Juniele R.; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil:** sentidos e itinerários*.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história In MAUAD, Ana M.; ALMEIDA, Juniele R; SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.40.